

## Editorial

“A interpretação das dinâmicas socioespaciais, da questão regional e das regionalizações, exige análise da natureza do poder envolvido nos atos de regionalização [isto é, de institucionalização de fronteiras e limites], o que traz à tona a necessidade de resgatar o debate sobre o papel do Estado”.

(Ana Clara Torres Ribeiro)

Cá estamos com o terceiro número da RBDR de 2021. Ele traz uma nova dezena de artigos para animar o debate sobre a *questão regional*. A conjuntura na qual esta edição é publicada continua fortemente condicionada pelo problema sanitário e pela crise política.

Quanto ao primeiro, os números permanecem crescendo, mas, finalmente, em ritmo menor. Apesar de as notícias, em geral, não serem as mais auspiciosas, duas delas merecem ser mencionadas: a primeira diz respeito à vacinação, que avança, embora devagar; e a segunda se refere à CPI da Pandemia, da qual, talvez, se tivesse esperado demais, já que, até o momento, tenha entregado pouco. Enfim, em decorrência de medidas pouco consequentes, tanto de proteção humana quanto de cuidado à saúde, que têm pautado a “política sanitária” oficial, parece “que ainda se ouvirá falar muito em Covid-19” no Brasil. Quanto à segunda (a crise política), não obstante se verifique certa recuperação de autonomia e protagonismo por parte de algumas instituições, destacadamente, de parte do legislativo e de parte do judiciário, o quadro político-institucional continua contaminado por uma sucessão de declarações estapafúrdias e acontecimentos desconcertantes. Se o problema sanitário e a crise política já não fossem suficientes, as condições materiais de vida das/os brasileiras, sobretudo, de suas frações socialmente mais vulneráveis, vêm sendo degradadas a olhos vistos em consequência de uma cada vez mais evidente crise econômica. Dada a aparente letargia com que a sociedade brasileira tem reagido a tudo isso até o presente, terá sido o 2 de outubro um divisor de águas?

Esta terceira edição da RBDR de 2021 homenageia Ana Clara Torres Ribeiro. Docente e investigadora, de reconhecidos talento e competência, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Ana Clara foi – e, mesmo depois de dez anos de ausência, continua sendo – uma importante referência intelectual e política para o ‘campo do urbano e regional’, no Brasil e na América Latina. Ao sublinhar que a análise da questão

regional e dos processos de regionalização “exige análise da natureza do poder envolvido”, ela desafia a refletir sobre suas determinações, aí se destacando a responsabilidade que cabe ao Estado. Como se verá a seguir, os artigos deste número da RBDR captam, uns mais, outros menos, este valioso *insight* de Ana Clara Torres Ribeiro.

Cabe lembrar que a RBDR tem procurado constituir-se em espaço democrático de debate interdisciplinar sobre temas que se referem à *questão regional*, principalmente, em/de países periféricos. É através da publicação de artigos, ensaios e resenhas, inéditos (exceto se publicados em *journals* não brasileiros), sobretudo, da área de planejamento urbano e regional, que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* se dispõe a ser arena plural de debate. Entretanto, são bem-vindas também contribuições de áreas como geografia, economia, sociologia, antropologia e ciência política. E, convergindo para assuntos que se aproximem de desenvolvimento regional, aceitam-se também contribuições de áreas como urbanismo, comunicação social, direito, serviço social e turismo. Acrescente-se que os artigos e ensaios publicados na *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* podem: ter natureza mais “teórica” ou ser de caráter mais “empírico”; provir de análise sobre desenvolvimento regional na/da América Latina (inclusive, no/do Brasil) ou de estudos que considerem diversas escalas espaciais para a melhor compreensão dos vários processos de desenvolvimento; e, sendo o caso, destacar as condicionantes causais e o protagonismo de instituições e agentes na construção/desconstrução de estratégias de desenvolvimento no território.

Isto posto, informa-se, brevemente, a seguir o que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* disponibiliza ao público com este seu terceiro número de 2021. Como se perceberá, são dez artigos inéditos que se ajustam ao perfil da RBDR, em convergência com o objetivo de constituir-se em espaço democrático e plural para o debate sobre a *questão regional*.

“Segurança alimentar e mudanças no clima: o contexto internacional e o paradoxo brasileiro” é o título do artigo inicial, assinado por Karina de Paula Carvalho e Rosa Livia Gonçalves Montenegro. As autoras se propuseram a examinar os danos provocados pelo sistema alimentar global à sociobiodiversidade e à sustentabilidade ambiental. Sua contribuição, porém, está em atentar para o conflito entre preocupações socioambientais e interesses econômicos, presente na agenda política brasileira para o setor agrícola.

O segundo artigo, assinado por Vanuza Maria Pontes Sena e Cristina Pereira de Araujo, é “Transferências de renda e mudança social no Brasil: um olhar sobre o Programa Bolsa Família”. Nele são analisadas as políticas de transferência de renda no Brasil, com ênfase no Programa Bolsa Família, durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Os resultados indicam que elas contribuíram para uma diminuição da incidência da pobreza sobre a população e uma queda na desigualdade de renda no período.

Em “A eficácia da gestão fiscal em escala subnacional no Brasil”, Maria Rosicleide Nascimento Araújo, Mônica Aparecida Rocha Silva e Waldecy Rodrigues procuraram verificar em que medida os agentes fazendários percebem a eficácia da metodologia de avaliação *Maturidade e Desempenho da Gestão Fiscal* enquanto mecanismo de gestão fiscal em escala subnacional. Os resultados sugerem que a metodologia é eficaz, favorecendo a melhoria da transparência, o aumento da arrecadação e o melhor uso dos recursos.

Vinícios Gonchoroski de Oliveira e Ângela C. Trevisan Felippi assinam o artigo seguinte: “O sistema estadual de participação popular e cidadã e o gabinete digital do governo Tarso Genro no R. G. Sul”. Aí examinam o processo de adoção de TIC como forma de promover a participação cidadã. Analisando um dos mecanismos do Sistema Estadual de Participação Popular e Cidadã, o Gabinete Digital, inferem que, a despeito de aspectos positivos, também se constata dificuldades, como sua própria descontinuidade.

No artigo “Universidade e desenvolvimento local: o caso da UNIPAMPA”, Aline Correa de Los Santos, Alessandra Troian e Alexandre Troian avaliam a contribuição de projetos de extensão da UNIPAMPA (Campus Santana do Livramento) para o desenvolvimento local. Os resultados apontam que, sobretudo, por meio de projetos de educação e difusão de conhecimento, a extensão conduziu à melhora da qualidade de vida e ao bem-estar, à cooperação, à valorização da cultura e à identidade local.

“O sul catarinense após o auge do carvão” – assinado por Hoyêdo Nunes Lins – é o sexto artigo. Aí é recuperada a trajetória da economia carbonífera no sul de Santa Catarina, com ênfase na inflexão do final dos anos 1980, traduzida em queda na produção e demissões no setor. Já no século XXI houve avanços na diversificação produtiva, assim como um crescente interesse pela problemática ambiental, culminando em forte engajamento na recuperação de um patrimônio que, por décadas, foi degradado pela mineração.

Já no sétimo artigo deste número da RBDR, “Mercado de trabalho na indústria de transformação no Norte do Paraná”, Angel dos Santos Fachinelli Ferrarini se propõe a examinar mudanças no emprego da indústria de transformação, no Norte Central Paranaense, em comparação com o restante do Paraná, em dois períodos: 2006-2010 e 2010-2015. Os resultados mostram diferenças entre os períodos de análise e indicam a relevância das políticas macroeconômicas no primeiro período em comparação com o segundo.

Pery Francisco Assis Shikida, Helena Nickel e Josineide Aquino da Silva Amaral assinam o artigo “Prática religiosa e criminalidade: um estudo de caso”. O objetivo é, a partir de um estudo de caso em Foz do Iguaçu, Paraná, analisar variáveis que influenciaram a prática religiosa de pessoas que cometeram delitos e suas motivações para o crime. A conclusão é que a pessoa religiosa, com característica

dissuasória, não distinguiu valores ou princípios quando seu interesse financeiro prevaleceu em um ato ilegal.

“Problemática ambiental e políticas públicas de meio ambiente no Distrito Federal” é o nono artigo. Aí Fernando Negret Fernandez e Pedro Pietrafesa buscam diagnosticar as principais fontes de degradação ambiental em Brasília e inventariar as políticas mobilizadas para seu enfrentamento. Concentrando-se no uso do solo, nos recursos hídricos, nos resíduos sólidos e na educação ambiental, os autores mostram que há degradação, mas também ampla legislação que contempla os quatro problemas referidos.

Por fim, em “Avaliação do custo da cesta básica de alimentos em Oiapoque-AP”, Aristóteles Pantoja de Almeida e Antônio Sérgio Monteiro Filocreão se propõem a avaliar os preços da cesta básica de alimentos de Oiapoque, no Estado do Amapá, com vistas a desvelar o comportamento de tais preços em dois períodos sazonais: no chuvoso e no “seco”. Os resultados indicam que, em comparação com as capitais da Região Norte, a cesta básica de alimentos de Oiapoque é a que apresenta valor mais elevado.

Ademais dos 10 artigos apresentados acima, há uma seção de resenhas em que se comentam, de forma breve, alguns livros publicados em 2021. Que as/os leitoras/es deste último número de 2021 da RBDR também possam despertar seu interesse por ela.

Ao fechar este editorial convém recordar que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* permanece passando por alterações com o objetivo de melhorar ainda mais a sua qualidade. As principais modificações implementadas devem convergir com o compromisso de a RBDR constituir-se em espaço democrático e plural de debate interdisciplinar sobre assuntos pertinentes à *questão regional*.

Quanto à equipe que a tem editado, é por intermédio de sua atuação comprometida que a *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional* tem podido avançar em direção a novas mudanças. Por isso, há que agradecer suas/seus integrantes. Nesta mesma oportunidade é preciso também expressar um agradecimento a todas/os as/os leitoras/es, articulistas, integrantes do conselho editorial e “carregadoras/es de piano”. Graças à sua contribuição, a RBDR tem experimentado menos imperfeições a cada edição e conquistado reconhecimento como periódico de referência no campo do desenvolvimento regional.

Que esta última edição de 2021 da RBDR ofereça uma leitura aprazível a todas/os. Até 2022!

Ivo M. Theis  
Editor

Paulo Freire ensinou que a educação é, simultaneamente, um ato de amor e um ato político. A fotografia que ilustra a capa desta edição da RBDR, de Juliana Adriano, registra um momento especial do processo de alfabetização, ato amoroso/político levado a efeito – através do método cubano ‘Sim, Eu Posso’ – pelo MST e pelo governo estadual, em São Raimundo do Doca Bezerra, Maranhão, no ano de 2016.

